

2012

# FUNDAÇÃO PIRES NEGRÃO

**[ANEXO]**

Cantanhede, 29 de Março de 2013

---

1.

## 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

**1.1 Designação:** Fundação Pires Negrão

**1.2 Sede:** Rua António Silva Bronze, Cantanhede

**1.3 NIF:** 510 160 808

**1.4 Natureza da Atividade:** Apoio a crianças e jovens no âmbito de atividades de acolhimento, educativas, recreativas e desportivas; acolhimento e apoio a idosos e pessoas com deficiências, à família e à integração social e comunitária; promoção e proteção da saúde e bem-estar dos cidadãos; resolução de problemas habitacionais das populações mediante concessão de bens e prestação de serviços.

**1.5 CAE:** 88990 – Outras atividades de apoio social sem alojamento, não especificadas

**1.6 Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.**

## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas de acordo com o modelo contabilístico para as Entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei nº.36-A/2011, de 9 de Março de 2011.

Instrumentos Legais da NCRF-ENSL:

Portaria nº. 105/2011, de 14 de Março – Modelos de demonstrações financeiras;

Portaria nº. 106/2011, de 14 de Março – Código de Contas;

Aviso nº.6726 – B/2011 – 14 de Março – NCFR-ESNL;

Decreto-Lei nº.158/2009, de 13 de Julho – SNC

**2.2 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ENSL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade**

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

## **2.2 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior**

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2011 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores do período de 2012.

## **2.3 Adopção pela primeira vez da NCRF-ENSL – divulgação transitória:**

Em 2011 a Fundação Pires Negrão (FPN) elaborou e aprovou as suas demonstrações financeiras com base no antigo normativo contabilístico, o Plano Oficial de Contabilidade, tal como previa a legislação vigente às datas em questão. A aplicabilidade do SNC para a generalidade das empresas tornou-se efectiva através do Decreto-Lei nº 158/2009, 13 de Julho e com início a 01 de Janeiro de 2010. Contudo, para entidades como a FPN, essa foi uma medida de execução facultativa o que significa que durante o ano de 2011 esta entidade continuou a atuar segundo as disposições contabilísticas do antigo normativo.

Deste modo, a adopção pela primeira vez da NCRF-ENSL efectivou-se no exercício de 2012, sendo que, o ano de 2011 foi convertido adequadamente às novas exigências contabilísticas, de modo a que as demonstrações financeiras tenham um carácter comparativo.

## **3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

### **3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das DF's**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos elementos contabilísticos da FPN, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL).

#### **a) Activos fixos tangíveis:**

A mensuração inicial dos activos fixos tangíveis baseou-se no método do custo. O modelo do custo foi subsequentemente utilizado na mensuração dos activos fixos tangíveis. Neste modelo, os activos fixos tangíveis são valorizados pelo custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, menos depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

As depreciações destes activos são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, pelo método das quotas constantes e em conformidade com as taxas previstas no decreto regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro.

As despesas de conservação e reparação que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros foram registadas como gastos no período em que são incorridos.

O desreconhecimento dos activos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

b) Inventários:

Os inventários foram mensurados pelo método do custo, sendo o Custo médio ponderado o sistema de custeio utilizado. Foi usado o sistema de inventário intermitente.

c) Perdas por imparidade

As perdas por imparidade são registadas quando ocorram acontecimentos que indiquem que o saldo em dívida, em parte ou pela totalidade, não será recuperável.

d) Associados e outras dívidas de terceiros

As dívidas dos utentes e dos associados com quotas em atraso, são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial. Ambos os casos aparecem representados no balanço no lado do activo.

e) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outras entidades terceiras são registadas pelo valor nominal dado que não vencem juros e estão descritas na balanço no lado do passivo.

f) Caixa de depósitos bancários

Os montantes incluídos nestas duas rubricas correspondem aos valores efectivos em caixa e depósitos à ordem à data de 31 de Dezembro de 2012.

g) Regime do acréscimo

De acordo com o regime do acréscimo, os gastos e rendimentos são registados no período ao qual dizem respeito, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

### 3.2 Outras políticas contabilísticas

Dado que a FPN apresenta várias valências, é importante referir que existe uma enorme preocupação em separar os gastos e rendimentos, através de indicações específicas, de modo a poder analisar cada atividade de forma independente. Os gastos comuns são distribuídos de acordo com percentagens as seguintes percentagens:

- Creche – 14%
- Jardim de Infância – 34%
- ATL – 26%
- Academia de Música – 26%

De mencionar que as valências dos POPH 3 e 4 são contabilisticamente tratadas de forma independente em todas as rubricas.

### 3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da FPN.

### 3.4 Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. Todo este processo teve por base o melhor conhecimento possível dos eventos e transacções em curso, bem como a experiência de situações passadas.

## 4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

No decurso do ano de 2012 não foram detectadas quaisquer alterações ou erros com necessidade de correcção logo este ponto não é aplicável para a FPN.

## 5. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas. O cálculo dessas mesmas depreciações efectuou-se através da utilização do método das quotas constantes e, as taxas de depreciação utilizadas por categoria de activo, podem ser vistas na tabela que a seguir se apresenta:

<b>Categoria de Activo</b>	<b>Taxas de amortização / depreciação utilizadas</b>
<b>Edifícios e outras construções</b>	Entre 5% e 10%
<b>Equipamento básico</b>	Entre 6,66% e 12,50%
<b>Equipamento de Transporte</b>	20%
<b>Equipamento administrativo</b>	Entre 10% e 12,50%
<b>Outros activos fixos tangíveis</b>	Entre 10% e 25%

**Tabela 1: Taxas de Amortização/Depreciação por categoria de activos**

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o quadro que seguidamente se apresenta:

FUNDAÇÃO PIRES NEGRÃO

ANEXO – Exercício de 2012

Classe de ativos \ Valores apurados		Terrenos e recursos naturais	Edifícios outras const.	Equip. Básico	Equip. de transporte	Equip. Admin.	Outros AFT	AFT em curso	TOTAL
<b>Início do período</b>	Valor bruto escriturado	333.566,35	730.710,18	78.020,28	83.964,34	30.465,32	95.914,45	24.975,90	1.377.616,82
	Amortização acumulada		(229.504,83)	(58.177,92)	(73.424,13)	(28.383,07)	(79.039,08)	(0,00)	(468.529,03)
	Valor líquido escriturado	333.566,35	501.205,35	19.842,36	10.540,21	2.082,25	16.875,37	24.975,90	909.087,79
<b>Período</b>	Aquisições						8.340,00	9.984,60	18.324,60
	Alienações								
	Activos classificados como detidos p/ venda								
	Depreciações do período		(36.900,10)	(5.267,06)	(3.513,40)	(664,28)	(7.057,02)		(53.401,86)
	Revalorizações								
	Outras alterações								
<b>Fim do período</b>	Valor bruto escriturado	333.566,35	730.710,18	78.020,28	83.964,34	30.465,32	104.254,45	34.960,50	1.395.941,42
	Amortização acumulada		(266.404,93)	(63.444,98)	(76.937,53)	(29.047,35)	(86.096,10)	(0,00)	(521.930,89)
	Valor líquido escriturado	333.566,35	464.305,25	14.575,30	7.026,81	1.417,97	18.158,35	34.960,50	874.010,53

Tabela 2: Movimentos ocorridos nas rubricas dos Activos Fixos Tangíveis

## 6. ACTIVOS INTANGÍVEIS

A FPN não apresenta elementos passíveis de classificação como activo intangível, logo este tópico não se aplica a esta instituição.

## 7. LOCAÇÕES

A FPN não suporta encargos com quaisquer tipos de contratos desta natureza o que significa que este ponto não se aplica a esta entidade.

## 8. CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Não aplicável.

## 9. INVENTÁRIOS

Os inventários foram mensurados pelo método do custo, sendo o Custo médio ponderado o sistema de custeio utilizado. Foi usado o sistema de inventário intermitente.

OS inventários da entidade detalham-se na tabela que a seguir se representa:

Descrição	Mercadorias (€)	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo (€)	TOTAL (€)
1. Inventários Iniciais			
2. Compras		114.680,71	114.680,71
3. Reclassificação e regularização de inventários			
4. Inventários Finais			
<b>5. CMVMC (5 = 1+2+3-4)</b>		114.680,71	114.680,71

Tabela 3: Cálculo CMVMC para 2012

## 10. RÉDITO

### 10.1 Divulgar:

a) As políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito

O rédito relativo a vendas e prestações de serviços compreende o justo valor (fixado livremente entre as partes, numa base de independência) da contraprestação recebida ou a receber decorrentes da actividade normal da entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. A entidade reconhece o rédito da venda de bens quando este possa ser fiavelmente mensurado, seja provável que obtenha benefícios económicos futuros, os riscos e vantagens significativos da propriedade do bem são transferidos para o comprador e não seja mantido envolvimento continuado da gestão com grau associado de posse ou controlo efectivo dos bens vendidos. No caso das prestações de serviços, o reconhecimento do rédito encontra-se associado ao grau de acabamento do serviço.

b) A quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o proveniente de:

Rubricas	2012
<b>Prestação de Serviços (Matrículas e Mensalidades)</b>	<b>182.959,42</b>
- Creche	30.569,11
- Jardim de Infância	56.996,23
- ATL	9.907,11
- Academia de Música	45.210,00
- Outros	40.276,97
<b>Juros obtidos de Depósitos bancários</b>	<b>33,46</b>

Tabela 4: Distribuição do valor do rédito por categoria para 2012

## 11. PROVISÕES, PASIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

Não aplicável.



## 12. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS

### 12.1 - Devem ser divulgados os assuntos seguintes:

a) A política contábilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras

Os subsídios provenientes da Segurança Social e dos restantes organismos públicos são reconhecidos como subsídios à exploração no momento em que são recebidos, e são apresentados na demonstração dos resultados na conta 75 – *Subsídios, doações e legados à exploração*.

b) A natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que a entidade tenha diretamente beneficiado

Entidades / Valência	2012
Seg. Social – Creche	101.804,67
Seg. Social – Jardim de Infância	113.251,44
Seg. Social - ATL	49.944,00
Educação e Formação – POPH 3	515.409,90
Educação e Formação – POPH 4	199.081,59
Autarquias	1.050,00
<b>TOTAL</b>	<b>980.541,60</b>

Tabela 5: Subsídios à Exploração recebidos em 2012

c) Condições não satisfeitas e outras contingências ligadas ao apoio do Governo que tenham sido reconhecidas

Não aplicável.

d) Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades

Não aplicável.

c) Principais doadores / fontes de fundos

A principal fonte de fundos é o Instituto da Segurança Social.

## 13. EFEITOS DAS ALTERAÇÕES DA TAXAS DE CÂMBIO

Não aplicável.

**14. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO**

Não aplicável.

**15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Em 31 de Dezembro de 2012, as rubricas de Utentes, Fornecedores e Outras contas a receber e a pagar apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Mensurados ao custo (€)
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>228.015,42</b>
- Utentes	8.547,99
- Outras contas a receber	219.467,43
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>939.132,21</b>
- Fornecedores	102.662,11
- Financiamentos Obtidos	669.612,61
- Outras contas a pagar	166.857,49

**Tabela 6: Utentes, Fornecedores, Outras contas a receber e a pagar**

A 31 de Dezembro de 2012 as rubricas de Caixa, Depósitos bancários e outros depósitos bancários apresentava a seguinte discriminação:

Rubricas	2012
Caixa	21.597,80
Depósitos Bancários	31.524,07
Outros Depósitos bancários	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>53.121,87</b>

**Tabela 7: Disponibilidades**

## 16. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

### 16.1 Número médio de empregados durante o ano

No decurso do ano de 2012 a FPN contou com uma média de 27 funcionários, distribuídos da seguinte forma pelas 8 valências:

- Creche - 6
- Jardim - 3
- ATL – 3
- Academia de Música - 3
- POPH 3 – 7
- POPH 4 – 5
- Campo de Férias – 0
- Centro Residencial de Silves – 0

### 16.2 Número de membros dos órgãos directivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro

Os estatutos da FPN preveem que a gerência da instituição seja exercida pelo conselho de administração e fiscalizada pelo conselho fiscal. O conselho de administração é composto por três membros: um presidente, um secretário e um tesoureiro, cabendo ao conselho de administração, de entre outras funções, designar os restantes membros. O conselho fiscal é igualmente composto por três elementos: um presidente e dois vogais, competindo-lhes fiscalizar a escrituração e documentação diversa e dar parecer sobre os demais. No período em análise não ocorreram quaisquer alterações aos membros que compõem os quadros directivos.

### 16.3 Informações sobre as remunerações dos órgãos directivos

Todos os elementos que compõem ao conselho administrativo e fiscal da FPN, sem exceção, não recebem qualquer tipo de remuneração ou outra compensação, ou seja, contribuem de forma voluntária para que a instituição preste um serviço exemplar à comunidade do concelho de Cantanhede.

## 17. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro, declara-se que não existiam dívidas em mora ao Estado. Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, a gerência informa que a situação perante a Segurança social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estabelecidos.

## 18. OUTRAS INFORMAÇÕES

18.1 A rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos” apresentava a 31 de Dezembro de 2012 o seguinte detalhe:

FSE	Saldo a 31-12-2012 (€)
62.2 Serviços Especializados	444.169,07
62.3 Materiais	9.143,34
62.4 Energia a Fluidos	15.696,07
62.5 Deslocações, estadas e transportes	998,28
62.6 Serviços Diversos	85.083,77
<b>TOTAL</b>	<b>555.090,53</b>

Tabela 8: Desagregação dos FSE por subcontas

18.2 A rubrica de “Gastos com Pessoal” apresentava a 31 de Dezembro de 2012 o seguinte detalhe:

GASTOS COM PESSOAL	Saldo a 31-12-2012 (€)
63.2 Remunerações do Pessoal	289.141,01
63.5 Encargos sobre Remunerações	55.759,65
63.6 Seguros de Acidentes de Trabalho e Doença	10.357,74
63.8 Outros gastos com o pessoal	5.079,54
<b>TOTAL</b>	<b>360.337,94</b>

Tabela 8: Desagregação da conta 63 - Gastos com Pessoal

18.3 A rubrica de “Outros Rendimentos e Ganhos” apresentava a 31 de Dezembro de 2012 o seguinte detalhe:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	Saldo a 31-12-2012 (€)
78.2 Desconto pronto pagamento obtido	46,84
78.7 Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	2,25

FUNDAÇÃO PIRES NEGRÃO

ANEXO – Exercício de 2012

78.8 Outros	10.220,85
<b>TOTAL</b>	<b>10.269,94</b>

Tabela 90: Desagregação da conta 78 - Outros Rendimentos e Ganhos

18.4 A rubrica de “Outros Gastos e Perdas” apresentava a 31 de Dezembro de 2012 o seguinte detalhe:

OUTROS GASTOS E PERDAS	Saldo a 31-12-2012 (€)
68.1 Impostos	5.839,67
68.8 Outros	39.896,74
<b>TOTAL</b>	<b>45.736,41</b>

Tabela 10: Desagregação da conta 68 - Outros Gastos e Perdas

Após o termo do exercício não ocorreram quaisquer factos relevantes que mereçam ser divulgados neste anexo.